



PAUTA DO STF DE FEVEREIRO

INCLUI AÇÃO QUE TRATA DE RESPONSABILIDADE DO ENTE PÚBLICO POR VERBAS TRABALHISTAS, NO CASO DE TERCEIRIZAÇÃO



O Presidente do Supremo Tribunal Federal - STF Ministro Luís Roberto Barroso incluiu na pauta do dia 12 de fevereiro de 2025 o processo RE 1298647, que é um Recurso Extraordinário em que se discute Acórdão do Tribunal Superior do Trabalho - TST, que definiu a legitimidade da transferência ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a ausência de culpa na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas devidas aos trabalhadores terceirizados pela empresa contratada, para fins de definição da responsabilidade subsidiária do Poder Público.

No STF o relator é o Ministro Nunes Marques, que na sessão de 27/11/2024 apresentou voto retirando a responsabilidade do Poder Público. O pedido de vista do Ministro Edson Fachin suspendeu o julgamento.

O assunto interessa a milhares de Vigilantes cujos processos encontram-se sobrestados (parados) no TST aguardando este julgamento.

O interesse é maior ainda para os trabalhadores, pois significa a possibilidade da manutenção ou retirada da responsabilidade do contratante de empresas terceirizadas de arcar com as verbas e direitos trabalhistas não quitados pela empregadora. Estas empresas, na maioria das vezes, já extinta ou desaparecida e Trabalhadores que laboraram por 10 anos ou mais, não receberam seus direitos ao término do contrato de trabalho e lutam na justiça há 10, 20 anos ou mais na esperança que o contratante, principalmente o órgão público (o único vivo nesta história) assumas suas responsabilidades e pague os seus direitos.

Portanto, Vigilantes de todas as partes do país com processos sobrestados no TST, acompanhem este julgamento, esperando com esperança que o órgão maior de justiça deste país, faça justiça para os Vigilantes e demais trabalhadores terceirizados.

JOSÉ BOAVENTURA – PRESIDENTE DA CNTV

SINDSEG-GV: NA LUTA PELOS VIGILANTES DA CEASA



O SINDSEG-GV, por meio do presidente Serafim e sua diretoria, participou hoje de uma reunião com a administração da CEASA. O objetivo principal foi verificar, junto à CEASA, se há valores pendentes da empresa Tecnus para o pagamento das verbas rescisórias dos vigilantes.

Outro ponto importante discutido foi a ocorrência recente que resultou no roubo da arma de um vigilante. Também foi abordada a declaração do presidente da CEASA, que afirmou a intenção de colocar PMs aposentados no interior do local. O sindicato se posicionou totalmente contra essa medida, destacando que ela não contribui para a segurança e ainda gera desemprego para os vigilantes.

Durante a reunião, o presidente da CEASA garantiu que o contrato de vigilância patrimonial não será encerrado e que a presença de PMs aposentados servirá apenas para reforçar a segurança. Ele afirmou que os vigilantes patrimoniais continuarão responsáveis pela segurança, trabalhando em conjunto com os PMs aposentados.

O SINDSEG-GV também entrou em contato com o vigilante que sofreu o assalto, colocando-se à disposição para prestar o apoio necessário.

SINDSEG-GV: SEMPRE NA LUTA

Fonte: Sindseg/GV

Sindsegur segue firme em defesa dos direitos dos vigilantes



Atenção, categoria! Em um momento de grande mobilização e luta, o Sindsegur reafirma seu compromisso com os trabalhadores vigilantes, enfrentando de forma determinada os desrespeitos patronais e de órgãos públicos.

Na manhã e tarde de hoje, realizamos protestos pacíficos e atos políticos em defesa dos direitos da categoria. Um dos focos da mobilização foi a situação dos vigilantes vinculados ao contrato da SESAP, que ainda não receberam seus salários referentes ao mês de dezembro. Cerca de 400 trabalhadores, pais e mães de família, aguardam o pagamento que deveria ter sido efetuado no dia 8. Em resposta à pressão exercida, fomos informados que a SESAP nos receberá amanhã, às 11h da manhã, para tratar dessa questão.

Também estivemos mobilizados em frente à Prefeitura de Natal para cobrar soluções quanto à situação dos vigilantes da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Esses trabalhadores não receberam a segunda parcela do 13º salário e nem o salário de dezembro, além de estarem sob aviso prévio. Estamos falando de aproximadamente 200 trabalhadores em uma situação crítica.

Durante o ato, reforçamos a necessidade de a Prefeitura incluir o Sindsegur nas reuniões com as empresas envolvidas, como a Interfort. Mesmo sem um convite oficial, ficamos na expectativa de que essa reunião traga uma solução efetiva para os problemas enfrentados pela categoria.

O novo prefeito, Paulinho Freire, tem agora a missão de estabelecer um diálogo produtivo com essas empresas para resolver a questão dos atrasos salariais e garantir melhores condições de trabalho para os vigilantes.

Não podemos deixar de agradecer aos parceiros que estão solidários à nossa causa, como Sandro Pimentel e outros apoiadores que se somam nessa luta.

Nosso posicionamento é claro: não aceitaremos o descaso com os direitos dos vigilantes. Empresas que descumprem seus compromissos, como Servimóvel, VPI e Neutron, serão denunciadas e cobradas por soluções. A luta continua e não recuaremos!

Estamos juntos, categoria! A mobilização e a determinação seguem firmes rumo à justiça e ao respeito aos nossos direitos.

Fonte: Sindsegur

Sindicato dos Vigilantes de Alagoas faz reunião ordinária



A diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas realizou, nesta segunda-feira (13), sua reunião ordinária para discutir importantes questões de interesse da categoria. Na ocasião, foram debatidas e deliberadas as seguintes pautas:

- VAP: O sindicato encaminhou um ofício à empresa cobrando o pagamento imediato da 2ª parcela décimo terceiro salário, bem como a folha de dezembro (que recebe em janeiro) e tíquetes alimentação atrasados. O sindicato está de olho, fiscalizando e cobrando providências;

- VITAL: O sindicato cobrou o pagamento imediato do salário da folha de dezembro (que recebe em janeiro) e tíquetes alimentação atrasados. Lembrando que os tíquetes alimentação de maio, junho e junho, a folha de novembro e as duas parcelas do décimo terceiro salário foram pagos pelo Sindicato dos Vigilantes através de ordem judicial;

- A Convenção Coletiva de Trabalho dos Vigilantes Patrimoniais do Estado de Alagoas já foi aprovada, aguardando a homologação junto ao Ministério do Trabalho. O total geral de reajuste será de 23,26% neste ano de 2025. O setor administrativo e os vigilantes patrimoniais tiveram reajuste de 7% nos salários e 9,26% de reajuste nos tíquetes alimentação, somando o total geral de 16,26% neste ano de 2025.

- Dia 16/01/2025 acontecerá uma rodada de negociação do Transporte de Valores em Recife;

- Datas das Confraternizações dos Vigilantes Associados do Interior: Santana do Ipanema (25/01), Delmiro Gouveia e Piranhas (26/01), União dos Palmares (01/02), Arapiraca (08/02), Coruripe e Piaçabuçu (15/02) e Penedo (16/02).

Fonte: Sindvigilantes Alagoas



ATENÇÃO VIGILANTES QUE ERAM DA IPANEMA E PRESTAM SERVIÇO NA SECRETARIA DE SAÚDE

O Sindicato dos Vigilantes do DF informa que a totalidade referente ao pagamento dos salários dos meses de outubro e novembro de 2024 já foi depositada na conta do SINDESV-DF na manhã desta terça-feira (14/01/2025).

A partir de agora, verifiquem suas contas, pois o pagamento dos salários dos meses de outubro e novembro/2024 pode acontecer a qualquer momento.

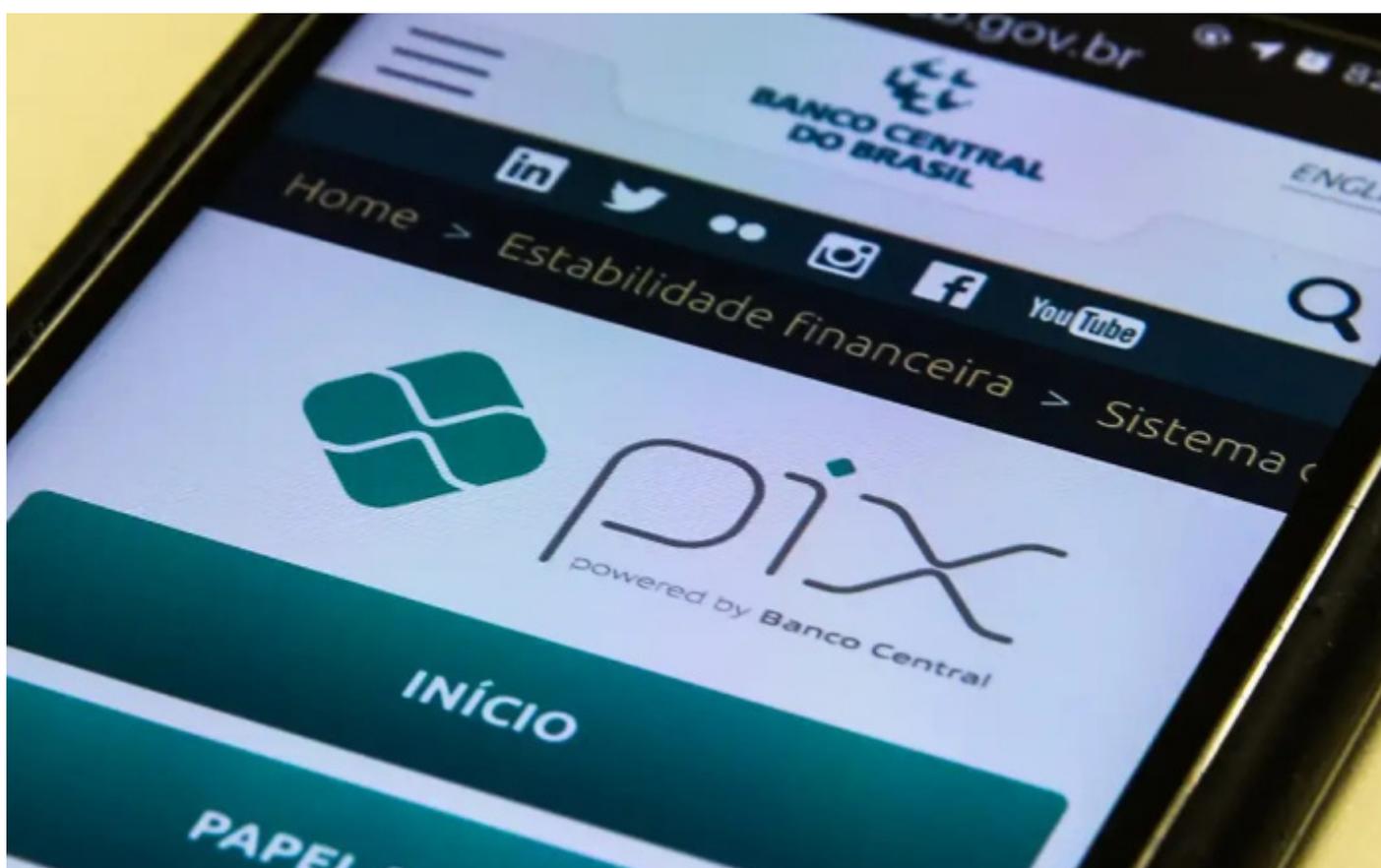
O pagamento só saiu graças à agilidade do Sindicato que solicitou na Justiça o bloqueio dos valores a receber pela Ipanema e ao apoio do deputado Chico Vigilante.

**SINDICATO DOS VIGILANTES DO DF
JUNTOS SOMOS MAIS FORTES**

Fake News do PIX alimenta golpes e prejudica consumidores

Feiras livres, prestadores de serviços e pequenos comerciantes não estão aceitando PIX como forma de pagamento

Foto: Marcelo Casal Jr / Agência Brasil



Apesar de repetidas negativas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a falsa informação de que o governo planeja taxar transações realizadas via PIX continua causando problemas. Mesmo com esclarecimentos oficiais, a desinformação persiste em conversas familiares e rodas de amigos, muitas vezes permeadas por dúvidas como: “Será que é verdade?”; “Ouvi falar disso, mas será mesmo?”.

Essa onda de fake news já impacta consumidores. Em feiras livres e entre prestadores de serviços, não é raro encontrar quem se recuse a aceitar PIX como forma de pagamento, preferindo dinheiro vivo ou até cobrando taxas extras de quem opta pela modalidade. Em entrevista ao Jornal O Estado de São Paulo, Jiovane Ferreira, comerciante de eletrônicos no centro de Ceilândia, periferia de Brasília, relata práticas questionáveis: “Tem gente usando

CPF de outra pessoa para dividir compras e evitar que o imposto recaia em uma só pessoa”.

A Receita Federal emitiu um alerta categórico: “Não existe tributação sobre PIX e nunca vai existir, até porque a Constituição não autoriza imposto sobre movimentação financeira”.

Os golpes das consequências da fake news do Pix

Além do temor infundado sobre a tributação, golpes envolvendo o PIX têm se multiplicado. Criminosos se passam por representantes da Receita Federal e entram em contato via WhatsApp, alegando que determinadas transações foram taxadas. Eles pressionam as vítimas a realizar pagamentos sob o pretexto de evitar o bloqueio de seus CPFs.

Segundo levantamento da agência de análise de dados Palver, 25% das mensagens em grupos de WhatsApp que mencionam o PIX envolvem termos como “taxação”. A amostra, que analisou 22,4 mil mensagens em 500 grupos nas últimas duas semanas, revelou conteúdos alarmantes e falsos, incluindo afirmações de que o governo busca criminalizar o porte de dinheiro físico para arrecadar mais com um suposto imposto sobre pessoas físicas.

Como evitar golpes, segundo a Receita Federal:

Desconfie de mensagens suspeitas: evite fornecer informações pessoais em resposta a comunicações não solicitadas.

Não clique em links desconhecidos: eles podem direcionar para sites fraudulentos ou instalar softwares nocivos.

Evite abrir anexos: documentos em mensagens fraudulentas podem conter

programas capazes de roubar dados ou danificar dispositivos.

Verifique a origem das informações: use canais oficiais, como o Portal e-CAC e o site da Receita Federal.

Além dessas medidas, o órgão reforça a importância de combater a disseminação de fake news. “Textos sensacionalistas, com promessas milagrosas e erros de português, devem ser encarados com ceticismo. Antes de repassar qualquer mensagem, é fundamental conversar com parentes e amigos e consultar fontes confiáveis”, destaca o alerta.

A persistência dessa desinformação não apenas coloca cidadãos em risco de golpes, mas também compromete a confiança em um sistema que já se consolidou como eficiente e seguro. O PIX, que revolucionou as transações financeiras no Brasil, merece ser defendido de narrativas falsas que visam prejudicar sua credibilidade.

O que de verdade aconteceu

Na semana passada, a Receita Federal anunciou recentemente a ampliação das regras de fiscalização para transferências realizadas via PIX e cartão de crédito: semestralmente, os bancos, incluindo os digitais e instituições ligadas a maquininhas de cartão, deverão enviar à Receita Federal informações qualificadas sobre transações de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas. Para pessoas físicas, serão reportadas movimentações que ultrapassem o valor mensal de R\$ 5 mil.

O objetivo da medida é permitir que a Receita Federal tenha um maior controle das situações financeiras dos contribuintes, visando reduzir a sonegação fiscal.

Fonte: CUT

INSS define novos valores e alíquotas de aposentadorias e pensões. Confira

Portaria dos ministérios da Previdência e da Fazenda estabelece valores de benefícios, incluindo os que excedem o piso. Teto das aposentadorias vai a R\$ 8.157,41. Definidas também as alíquotas de contribuição

Foto: Marcelo Casal Jr / Agência Brasil



Portaria dos ministérios da Previdência e da Fazenda define novos valores das aposentadorias - incluindo as que excedem o piso vinculado ao salário mínimo - e também alíquotas de contribuição para trabalhadores domésticos e outras categorias.

O teto das aposentadorias e pensões do INSS vai a R\$ 8.157,41.

A portaria define igualmente os benefícios pagos a categorias especiais, como pescadores e seringueiros. Os benefícios concedidos ao pescador, ao mestre de rede e ao patrão de pesca, correspondem, respectivamente, a uma, duas e três vezes o valor de R\$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais), acrescidos de 20 % (vinte por cento).

O salário-família também foi reajustado. A cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até 14 anos de idade, ou inválido de qualquer idade, é de R\$ 65,00 para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 1.906,04 (mil novecentos e seis reais e quatro centavos).

Pensões a pessoas vítimas de síndrome da talidomida e hanseníase também tiveram valores reajustados. O valor é de R\$ 2.108,31.

Confira

Fator de reajuste dos benefícios concedidos de acordo com as respectivas datas de início, aplicável a partir de janeiro de 2025

Tabela de contribuição dos segurados

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)
até janeiro de 2024	4,77
em fevereiro de 2024	4,17
em março de 2024	3,34
em abril de 2024	3,14
em maio de 2024	2,76
em junho de 2024	2,29
em julho de 2024	2,04
em agosto de 2024	1,77
em setembro de 2024	1,91
em outubro de 2024	1,43
em novembro de 2024	0,81
em dezembro de 2024	0,48

SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PROGRESSIVA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS
até 1.518,00	7,5 %
de 1.518,01 até 2.793,88	9 %
de 2.793,89 até 4.190,83	12 %
de 4.190,84 até 8.157,41	14 %
Tabela de contribuição dos segurados e beneficiários do regime próprio de previdência social da união a partir de 1º de janeiro de 2025	
BASE DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PROGRESSIVA INCIDINDO SOBRE A FAIXA DE VALORES
até 1.518,00	7,5 %
de 1.518,01 até 2.793,88	9 %
de 2.793,89 até 4.190,83	12 %
de 4.190,84 até 8.157,41	14 %
de 8.157,42 até 13.969,49	14,5 %
de 13.969,50 até 27.938,95	16,5 %
de 27.938,96 até 54.480,97	19 %
acima de 54.480,97	22 %

empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de janeiro de 2025

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF